



Pedro de Alcântara Figueira¹

É uma questão preliminar fundamental para Marx, na elaboração científica de sua obra, que o desenvolvimento revolucionário das forças produtivas sob a forma capitalista conduzirá à superação do seu próprio arcabouço social, pondo como necessidade uma nova forma de organização da sociedade. Necessário levar em consideração em primeiríssimo lugar este ponto de partida quando de uma leitura sobretudo de **O Capital**. Mas impossível dispensar esse ponto de partida quando, além de leitores, se trata daqueles que se declaram, não raro publicamente, marxistas.

Não fosse essa questão preliminar, muito pouca diferença faria se, ao sabor do gosto intelectual, nos declarássemos marxistas, weberianos, durkheimianos, agostinianos, ou coisa que o valha.

Por ocasião da publicação da tradução russa de **O Capital**, em artigo de que Marx reproduz longo trecho em seu Posfácio à segunda edição, Ilarión Ignátievich Kaufmann, professor da Universidade de São Petersburgo, assim se expressa a respeito do que denominei *questão preliminar*:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra.

Precisa ficar claro que esta é a questão essencial de Marx, sobretudo expressa em sua obra magna. É preciso ficar claro que o fim do capitalismo nada tem a ver com pobreza, com miséria, com desigualdade. Tudo isso, ao contrário, tem sido condição de sua existência.

Para Marx, seu fim é necessário exatamente por razões contrárias. É de sua grandeza, de sua pujança, de seu desenvolvimento que lhe advém o *grande mal*. Tudo isso - que está contido no capítulo sobre a taxa de lucro - mostra que o capital tornou-se incompetente para

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

seguir o curso que corresponde à sua natureza, ou seja, manter a estrutura social que o reproduz.

A expressão necessidade histórica que, com frequência, ocorre na obra de Marx tem que ser entendida em todo o seu sentido histórico. Seu conteúdo tem tudo a ver com as leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Não se trata da ação de quaisquer forças externas que contrariem essas leis. Muito pelo contrário.

Tentemos expressar essa questão num caso concreto: A existência do socialismo chinês. Seu desenvolvimento, mas sobretudo sua gigantesca pujança, conquistada em apenas sete décadas, imprime à realidade mundial uma aceleração que corresponde exatamente à aceleração da decadência capitalista. Não se trata, como tem sido interpretado, de dois fenômenos independentes. Esta unidade nos leva ao significado de necessidade histórica como a entende Marx, a qual se expressa como tendência histórica dominante, ou, em suas próprias palavras, "uma época de revolução social". Ideia que contém a unidade que consiste, como vimos, por exemplo, na decadência do mundo feudal e no nascimento do mundo capitalista. A transição de todos os modos de produção existentes até nossos dias tem mostrado a força da transformação nesse sumo processo histórico que são as mudanças estruturais.

Ou dito de outra maneira, na medida em que avança a revolução econômica socialista, nessa mesma medida avança a decadência capitalista, pois se trata de um único fenômeno que é a inexorável e insofismável transformação histórica impressa na formidável potência tecnológica e científica das forças produtivas, cuja utilização se encontra disponível para toda a humanidade. Sua plena utilização vai se universalizando na medida mesma em que se processam derrotas sucessivas das forças comprometidas com o statu quo. O **BRICS**, nesse estágio atual de sua ampliação, 10 países, põe em evidência a tendência geral de transição de um modo de produção a um estágio superior.

Esta unidade a que estamos nos referindo revela que o processo de transformação engendra necessariamente um estado permanente de luta entre forças conservadoras e aquelas cuja existência consiste numa permanente revolta contra o existente. Diferentemente das transições anteriores ao capitalismo, a que corresponde a este modo de produção envolve toda a humanidade, aspecto este que lhe advém da colossal potência contida nas novas tecnologias e nos avanços da ciência vinculada às atividades produtivas. Encontram-se, essas forças, num estágio propício ao surgimento de uma nova ordem social que lembra o papel histórico representado pela Revolução Industrial no nascimento de uma sociedade de novo tipo, essencialmente diferente de todas as formas sociais anteriores. O ímpeto transformador que assumem essas forças passa a enfrentar impedimentos de toda ordem, verdadeiros grilhões.

A reação a este gigantesco processo de transformação tem-se concentrado de preferência no anticomunismo, pois a ideologia que se formou nesse embate entre dois modos

de produção se dá conta de que qualquer ação que se envolva com o desenvolvimento das forças produtivas conduz à necessidade histórica de transformação social. Fato, aliás, presente no desenvolvimento do socialismo chinês.

Importa, neste momento, atentar para o fato de que, quando a tendência dominante numa época assume um grau superior, ou seja, vem a se tornar uma poderosa tendência que se faz presente em todos os aspectos da vida em todo o globo, de certo modo até mesmo independente do estágio de desenvolvimento econômico de cada país em particular, o que temos a considerar é que se encontra agindo com inusitada capacidade transformadora uma subversão completa no âmago das instituições burguesas.

Como tentativa de conter a avassaladora potência das forças comprometidas com a transformação, as quadrilhas que assumiram o poder em seus países, protegidas pela mais poderosa delas que se aninha em Washington, assumiram a exclusiva tarefa de realizar uma devastadora destruição das condições propícias ao desenvolvimento social; devastação que em nada fica a dever aos atos mais bárbaros registrados pela história. A Metrópole do terror, que foi como Chomsky classificou os Estados Unidos, tem se alimentado do genocídio executado conscientemente contra as populações de vários países, sem exclusão da própria. Reproduzo, aqui, uma de suas façanhas genocidas publicadas no Site de Paul Craig Roberts em março de 22:

Um dos piores criminosos de guerra da América faleceu, escapando assim do laço do carrasco. Madeleine Albright foi secretária de Estado no regime Clinton. Ela é lembrada por sua justificativa das sanções ilegais impostas por Clinton a alimentos e medicamentos para o Iraque, que resultaram na morte de 500 mil crianças. "Valeu a pena", disse Albright.

Monstruosidades? Não resta a menor dúvida. No entanto, não deixemos que os crimes cometidos pelo império e por seus vassalos europeus e outros virem notícia. Precisamos ir à fonte, à raiz que permite entender que não se trata de casos isolados. Muito pelo contrário disso, trata-se de uma política, conscientemente posta em execução com o objetivo geral de impedir, como acima expus, o progresso que se tornou uma exigência inadiável para a humanidade como um todo. Importa, ainda, insistir que essa tarefa conservadora que, num primeiro momento, toma a forma de política internacional, não exclui formas as mais diversas de repressão interna, pois a tendência à transformação está mais fortemente presente nos países em que o capitalismo atingiu um gigantesco grau de desenvolvimento que, por isso mesmo, se tornou incompatível com as estruturas políticas ali dominantes. Não resta dúvida que a repressão interna tem, por enquanto, permanecido focada na ideologia que se garante com as fantasias ao gosto burguês de defesa da democracia contra os perigos do comunismo. O resultado tem sido a divulgação de uma verdadeira histeria anticomunista que encontra no fascismo uma resposta concreta ao processo de transformação.

Em se tratando da formação histórica das categorias e das concepções que permitem a compreensão científica de uma determinada época andamos malparados pelo uso intenso do termo *economia*, o qual, podemos afirmar seguramente, se presta tão somente em nos fazer absolutos ignorantes do que vai pelo mundo real. Como assim?

Os disparates que resultam do seu uso ainda se agravam mais quando se fala, por exemplo, *economia brasileira*. Aí, então, é que tudo o que se pode entender com a palavra Brasil vem acompanhado de uma absoluta exclusão dos elementos econômicos e sociais que estão no fundamento da organização política de um determinado país. Para começar, não ficamos sabendo em que sociedade vivemos, pois o termo capitalismo só merece alguma menção quando esvaziado totalmente de seu conteúdo histórico e social. Não é por meio da chamada economia que chegaremos a saber porque os indivíduos estão organizados de tal ou qual maneira. Menos ainda, se nosso intento é saber qual o lugar que ocupam na produção. Tarefa das mais inúteis seria procurar nos tão badalados manuais de economia uma explicação sobre a organização do trabalho, da atividade produtiva. Com grande probabilidade seríamos tratados como seres estranhos se manifestássemos qualquer curiosidade em saber porque o trabalho é incumbência exclusiva de uma determinada classe, a classe trabalhadora.

A origem do capital se reveste de verdadeiro mistério. De lucro, melhor que não falemos de tal assunto.

Uma coisa é absolutamente certa, se tentarmos saber a origem de todos os elementos que compõem a existência de qualquer sociedade, mas sobretudo da sociedade capitalista, imediatamente nos daremos conta de que estamos abandonando a órbita dessa coisa chamada *economia* e entrando em outra esfera.

De sobra, encontramos com certa frequência este disparate que consiste em confundir Economia Política com *economia*. Tal confusão não deixa de configurar um equívoco grosseiro, a começar pela diferença histórica entre ambas. Enquanto a Economia Política é a representação teórica de um momento revolucionário em que nasce o modo de produção capitalista, enquanto ciência ela se constrói nos embates entre a época que desponta e a época que perece.

Esta coisa que chamam de *ciência econômica* é construída a partir do momento em que a Economia Política perde sua razão histórica de ser. Os embates que contam a partir das primeiras décadas do século XIX já representam um novo mundo marcado pela luta entre os trabalhadores industriais e a burguesia. Em 1827, portanto dez anos após a publicação dos **Princípios de Economia Política e Tributação** de D. Ricardo, um líder sindical inglês, Hodgskin, nos brinda com sua obra cujo título merece uma atenção especial. Sua obra se intitula *Popular Political Economy*, ou seja, tal adjetivação, *popular*, acrescentada aos termos daquela ciência não deixa de ser algo estranho, mas que já revela o despontar de uma nova época.

É então que surge a famosa *economia*. Seu nascedouro coincide com um momento em que o capital, outrora força revolucionária, já apresenta sinais contraditórios em seu desenvolvimento. Esses sinais se manifestam numa certa impossibilidade de o capital dar plena liberdade à potência revolucionária contida nas forças produtivas. Embora criaturas suas, essas forças produtivas muito cedo mostram sua incompatibilidade com seu criador. Este último aspecto dá nascimento a uma pretensa ciência comprometida exatamente com a formulação de uma ideologia que passa até mesmo a justificar as mais variadas formas de destruição de riquezas materiais e humanas. Em seus primeiros passos ela ainda manifesta certas ligações com a Economia Política, farrapos verbais que não se sustentam frente aos novos embates travados em um cenário histórico também novo.

Por outro lado, a pujança industrial que põe em ação toda a potência produtiva que a máquina encerra abre o caminho para novas concepções que precisamente dão conta daquela revolta e se comprometem com a liberação plena das forças produtivas.

A assim chamada *economia* toma exatamente o partido contrário e, por isso mesmo, resulta numa mixórdia de ideias sem vinculação com a história real. A insistência em lhe atribuir a categoria de ciência corre por conta de uma falsa compreensão dos requisitos necessários à constituição de um pensamento científico. De antemão está excluída qualquer pretensão a considerar como científicas formulações que claramente se definem como contrárias à liberação incondicional das forças produtivas. Este aspecto a aproxima, quanto ao conteúdo, da escolástica medieval, aproximação que se estende também aos conceitos que emite sobre uma realidade que não existe em parte alguma.

É exatamente nesse ponto que se comete erro grosseiro confundir Economia Política com *economia*.

À guisa de conclusão, deixemos claro que o estágio científico do pensamento não se atinge senão como decorrência da luta pelo progresso social. Seja em que plano for, quer se trate das ciências humanas, quer das chamadas ciências da natureza, a transformação histórica é o ponto de partida de qualquer inquirição sobre o mundo real. Ciência é obra do homem.

Por outro lado, o pensamento científico é totalmente dependente das condições em que se trava a luta pelo desenvolvimento social em qualquer momento e sua forma decorre das circunstâncias históricas definidas pelas finalidades postas pela realidade.

Dito de outra forma, os termos constitutivos de uma determinada ciência são os mesmos dos embates em prol da transformação social em certo momento histórico. Neste particular Bacon formulou algo insubstituível em sua obra **O Progresso do Conhecimento**, publicada postumamente, ao afirmar que *o tempo é o autor dos autores*.

As conexões universais se fizeram, num primeiro momento, conservando os antagonismos próprios de uma sociedade constituída de classes sociais. Recebem, então, a

denominação de globalização, que não é outra coisa senão a expansão mundial das relações capitalistas de produção. A colonização de continentes inteiros se operou sob a égide dos países capitalistas mais desenvolvidos. Deixou marcas de barbárie na África, entre as quais avulta a da Bélgica no Congo.

Este é um mundo em rápida liquidação. Sua decadência, que se opera diante de nossos olhos, não é apenas uma mudança de protagonistas. Seu contexto revela uma mudança essencial que põe em causa exatamente os antagonismos de classe. A nova globalização anuncia, assim, o nascimento de uma ordem social em que os intercâmbios entre os povos não manterão sequer a velha nomenclatura econômica.

A realidade nova está a indicar que o **BRICS** é apenas uma forma, a primeira, do que vem por aí em termos de realização concreta de uma nova era social.



<https://icgilbertoluizalves.com.br>